

O VEREADOR, COITADO

28-10-65

Rubem Braga

OUVI o discurso do marechal Castelo Branco e a leitura do Ato Adicional número 2 sozinho em meu apartamento. Ao terminar a irradiação olhei a favela, a rua e o mar. Tudo no mesmo: nenhum foguete, nenhum protesto, nenhuma onda. Considerei que não mais valia a pena ir à praia; a manhã rompera luminosa de sol, mas agora havia apenas um morcego enjoado. Em vista disso tomei uma boa chuveirada e telefonei para o Paulo Mendes Campos para comentar a novidade; mas a mulher dele me disse que o Paulinho estava dormindo, o que, aliás, considerei nobre atitude.

Devo confessar que eu já escrevera minha crônica; começava apoiando o protesto dos atores teatrais contra os excessos da Censura, que nas últimas semanas proibiu ou mutilou nada menos de dez peças, incluindo autores como Gorki, Brecht e Feydeau. Depois ligava o assunto à situação da Universidade de Brasília, falando da demissão em massa de professores brasileiros e do espancamento de um professor inglês. Naturalmente meu comentário era no sentido de que a arte e a cultura não estavam encontrando neste país o clima ideal de liberdade. E eu ia exatamente apelar para o marechal Castelo Branco, homem de cultura e amigo da arte teatral, quando ouvi o rádio anunciar que o presidente ia falar. Bem, pensei comigo, não preciso mais fazer apelo algum: o presidente já se intelrou de tudo e naturalmente vai cumprir a promessa que fez a Tônia Carrero suspendendo a Censura e vai readmitir o Pompeu de Sousa e o Paulo Emilio e todo mundo.

Ora, eu me enganava. O que veio foi o Ato Institucional número 2. Ouvi sua leitura com a devida atenção. Se o leitor quiser saber minha opinião, tenha paciência: direi, como os políticos profissionais, que ainda não li o texto integral do Ato e, portanto, seria leviano de minha parte formular um juízo. Não sei, sobretudo, se o país inteiro receberá a coisa com a mesma pasmação que noto ali na favela do Cantagalo, lá, nas ruas de Ipanema e acolá no Oceano Atlântico. Paipita-me que sim. Na verdade se houver alguma reação o problema será do governo e não meu.

Não quero, entretanto, que minha prudência seja interpretada como receio de opinar; acho, por exemplo, que o vereador, coitado, não tem culpa de nada; ele entrou nessa história toda como Pilatos no Credo ou, para usar uma expressão corrente, entrou de alegre. Alguém supôs, com certeza, que uma das maneiras de salvar a pátria seria fazer os vereadores trabalharem de graça. Acho que, pelo contrário, isso fará com que no futuro só tenhamos vereadores ricos ou cavadores; quem irá fazer uma campanha cara para um cargo trabalhoso para depois não ganhar nada e ainda ficar sujeito a ser cassado do dia para a noite? Cassado, e com estatuto por cima; você tem de morar aqui, não pode ir ao Castelinho nem a Paquetá, e mais isso e mais aquilo.

Bem, acho que vou entrar em recesso. Amanhã é ponto facultativo para funcionário público, e escrever não deixa de ser uma função pública. Depois vem esse fim de semana com os feriados e só lá para quarta-feira se reabrirão os bancos. É possível que quarta-feira amanheçamos todos felizes, com a linha dura alegre e a pátria salva. Mas no momento não quero opinar, nem mesmo a favor; e mais tarde, talvez seja tarde demais. Limite-me a pedir que no Ato número 3, quando vier, permita ao vereador ganhar alguma coisinha, nem que seja um salário-mínimo. Porque uma coisa eu ousa afirmar: todo mundo pode ter culpa de tudo isso que está acontecendo, menos o vereador, coitado. Esse entrou ali como uma peninha; e, como o perdigão, perdeu a pena, e não há mal que lhe não venha. Até outro dia, meus estimados senhores.

DN- 28.10.65